

Se quiser receber estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

É URGENTE QUE A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA E O GOVERNO DEBATAM A SITUAÇÃO DIFÍCIL DOS PROFISSIONAIS DO SNS SE QUISEREM EVITAR A DESTRUIÇÃO DO SNS

No estudo anterior (slides) analisamos a situação da saúde no país e nomeadamente o subfinanciamento crónico do SNS o que obriga as famílias a gastarem muito mais com saúde (Portugal: 28% da despesa total; U.E.: 18%). Neste estudo analisamos a situação dos profissionais do SNS, pois **não há SNS sem profissionais**. E isto tudo porque está em debate final na Assembleia da República uma nova lei de bases de saúde que poderá deixar tudo na mesma, continuando a situação do SNS a degradar-se e os portugueses a terem cada vez maiores dificuldades no acesso a cuidados de saúde. É importante que os portugueses não se aleiem, pois **sem o SNS só teria acesso à saúde quem tivesse dinheiro para a pagar**

É preciso dizer que o SNS está a ser destruído não é só pela existência das Parcerias Público Privadas na saúde como alguns pretendem fazer crer. As PPP são um aspeto do problema que deverá ser corrigido, mas reduzir os males do SNS à existência das PPP (as PPP na saúde deviam-se limitar, quando necessárias, às infraestruturas o permitiria construir os hospitais que há anos se prometem – ex. Seixal, novo Hospital de Lisboa - mas nunca são construídos, a razão é de que aumenta a dívida Pública, e com PPP não aumenta, paga-se uma renda/amortização. Nunca se devia permitir aos privados entrar na gestão (clínica) dos cuidados de saúde, porque esta deve ser sempre pública, pois trata da vida humana e isso nunca deve ficar sujeita à lógica do mercado privado de saúde que é diferente da pública); repetindo, reduzir os males do SNS às PPP ou às taxas moderadoras e concentrar todo o discurso e ação política na sua eliminação, como tem acontecido é, a meu ver, um erro, pois mesmo que se as elimine a destruição do SNS não terminaria nem as dificuldades do SNS diminuiriam. Basta recordar a situação que estão a maioria dos hospitais públicos e a que ficariam sem taxas moderadoras (devido à afluência). É mais uma ilusão que se está a criar aos portugueses.

Para quem esteja mergulhado no negócio privado da saúde com acontece comigo por motivos profissionais, como representante dos beneficiários no Conselho Diretivo da ADSE, e lide diariamente com os grandes e pequenos grupos privados da saúde, e os **conheça bem como se constituem e funcionam**, sabe que a destruição do SNS e a promoção do negócio privado de saúde em Portugal está a ser feita à custa da promiscuidade *público-privada* dos profissionais de saúde que trabalham simultaneamente no setor público (SNS) e no setor privado (Hospitais privados). **E isto acontece porque o Estado trata muito mal os seus profissionais de saúde, pagando-os mal, não assegurando uma carreira digna, não impondo a exclusividade só possível com salários e carreiras dignas (os profissionais de saúde devem ter a liberdade de optar pelo setor público ou pelo setor privado, mas não podem trabalhar simultaneamente nos dois como acontece atualmente) e, para além disso, através do subfinanciamento crónico do SNS.** O Estado ao tratar estes profissionais da forma como o faz, está a empurrá-los para a exploração dos privados (para funcionar, os hospitais privados têm uma lista de dezenas ou mesmo centenas de médicos e outros profissionais, a maioria deles de hospitais públicos que chamam quando precisam, e que pagam à peça – normalmente uma percentagem do preço que cobram ao doente – uma espécie de “praça de jorna” moderna de trabalho qualificado à semelhança do que existiu Alentejo, não tendo de suportar quaisquer outros encargos de pessoal). Assim, é alimentado o negócio privado de saúde em Portugal à custa do setor público, destrói-se o SNS de uma forma invisível, mas eficaz, pois este perde os seus melhores profissionais, reduz-se a produtividade dos que nele permanecem, e degrada-se a consciência ética vital numa profissão que lida com a vida humana. **Mas disto ninguém fala nem na Assembleia da República nem fora dela, não existindo em nenhuma das propostas de nova base de lei de saúde na Assembleia da República qualquer medida concreta para resolver este problema grave assim como o subfinanciamento crónico do SNS** que mostramos com dados nos 16 slides no nosso estudo anterior e que é prova também a Execução orçamental de Maio-2019 do Ministério das Finanças em que o SNS acumulou, só nos primeiros 4 meses de 2019, um saldo negativo 137,8 milhões € (mais 28% do que o de 2018). Tudo isto dá bem uma ideia do desfasamento do discurso político atual e das suas propostas em relação ao SNS e, assim, da realidade que os portugueses enfrentam quando recorrem quer aos hospitais PPP quer aos Hospitais do SNS de gestão pública com grandes dificuldades para satisfazer a procura crescente.

OS ENCARGOS ATUAIS COM PESSOAL NO SNS CONTINUAM A SER INFERIORES AOS DE 2010

O discurso político fala muito em recuperação de rendimentos dos trabalhadores da Função Pública, criando a ilusão que estes trabalhadores tiveram um aumento de poder de compra o que não é verdade. O que se verificou foi uma reposição dos cortes e nem na sua totalidade como prova o quadro 1.

ANOS	Encargos com Remuneração base do pessoal - Milhões €	Encargos com suplementos remuneratórios Milhões €	TOTAL Milhões €
2010	2 132,0	736,3	2 868,3
2011	2 006,6	679,8	2 686,4
2012	1 073,2	630,8	1 703,9
2013	1 965,2	513,6	2 478,9
2014	1 895,0	505,0	2 400,0
2015	1 928,3	497,9	2 426,2
2016	2 030,9	536,2	2 567,0
2017	2 103,8	603,6	2 707,4
Var. 2010/2017 -valores nominais (antes de deduzir a inflação)	-1,3%	-18,0%	-5,6%
2017 - a preços de 2010 - Milhões €	1 929,2	553,5	2 482,7
Var. 2010/2017 - Valores reais (após deduzir a inflação)	-9,5%	-24,8%	-13,4%

Fonte: Relatório social do Ministério da Saúde e do SNS - 2017 - Ministério da Saúde

[Se quiser receber estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)

Como revelam os dados do próprio Ministério da Saúde constantes do quadro 1, entre 2010 e 2017, os encargos com as remunerações base e com os suplementos dos trabalhadores do SNS diminuíram em termos nominais (antes de deduzir os efeitos da inflação) em -5,6% e, em termos reais, ou seja, após a dedução dos efeitos da inflação, em -13,4%. O que se verificou neste período, foi um violento corte nos rendimentos que estes trabalhadores recebiam nomeadamente em 2012, sendo depois gradualmente repostos os cortes nos anos seguintes nomeadamente a partir de 2013, mas principalmente em 2016 e 2017. No entanto, os valores de 2017 continuam a ser inferiores aos de 2010 num país cada vez mais envelhecido onde as necessidades de cuidados de saúde são cada vez maiores. Nos dados anteriores ainda não estão deduzidos os enormes aumentos de IRS e dos descontos para a ADSE. E muito menos a inflação. Falar de reposição de parte (exceto IRS e ADSE) dos cortes é falar verdade, mas de recuperação de rendimentos já não é, pois como se vai provar o seu poder de compra de 2019 é inferior ao de 2010

REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DO PODER DE COMPRA DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE ENTRE 2010 E 2019: não é tratando desta forma os profissionais de saúde que se defende o SNS

Os dados do quadro seguinte dão uma ideia mais aproximada da situação dos profissionais de saúde no SNS e da necessidade urgente de debater a sua situação se não quiser a destruir o SNS. Para tornar a situação mais clara compararmos a remuneração atual com a de 2010, antes dos cortes de Sócrates nas remunerações que iniciou a destruição da Administração Pública.

Quadro 2 – A variação da remuneração base média mensal líquida entre 2010 e 2019

CATEGORIA PROFISSIONAL	2010			2019			Variação da remuneração líquida antes de deduzir inflação entre 2010 e 2019	Variação do poder de compra da remuneração líquida depois da dedução da inflação entre 2010 e 2019
	Remuneração média Bruta em 2010 (antes de cortes e sem descontos)	IRS + CGA + ADSE	Remuneração média Líquida em 2010 (depois de descontos: IRS, CGA e ADSE)	Remuneração média Bruta em 2019 (antes de descontos)	IRS + CGA + ADSE	Remuneração média Líquida em 2019 (depois de descontos: IRS, CGA e ADSE)		
Médico	2 848,2 €	1 025,4 €	1 822,9 €	2 723,0 €	1 105,5 €	1 617,5 €	-11,3%	-18,6%
Enfermeiro	1 331,0 €	339,4 €	991,6 €	1 341,0 €	407,7 €	933,3 €	-5,9%	-13,7%
Técnico de diagnóstico e terapêutica	1 271,0 €	311,4 €	959,6 €	1 244,0 €	365,7 €	878,3 €	-8,5%	-16,1%
Técnico superior de saúde	1 871,5 €	561,5 €	1 310,1 €	1 866,0 €	664,3 €	1 201,7 €	-8,3%	-15,9%
Assistente técnico	924,0 €	180,2 €	743,8 €	917,0 €	203,6 €	713,4 €	-4,1%	-12,0%
Assistente operacional	623,0 €	90,3 €	532,7 €	662,0 €	96,0 €	566,0 €	6,3%	-2,6%

Em 2019, com exceção dos Assistentes operacionais, a remuneração base média líquida nominal (antes da dedução da inflação) de todos profissionais de saúde continua a ser inferior à de 2010. E entre 2010 e 2019, o poder de compra da remuneração base líquida mensal registou uma diminuição que varia entre -2,6% para os Assistentes operacionais e -18,6% para os médicos (é preciso não esquecer que para ser médico é necessário uma licenciatura de 5 anos mais 5 anos de internato, não é licenciatura de Bolonha de 3 anos). É fundamental que o discurso de esquerda seja um discurso de verdade e que as inverdades e meias verdades não sejam utilizadas para ganhar votos pois assim perde toda a credibilidade junto dos portugueses e que haja uma coerência muito grande entre o que se afirma e a prática política no dia a dia e na relação com as outras forças políticas. E é urgente debater a situação destes profissionais se não quiser (em atos e não só em grandes declarações) a destruição do SNS.

41,8% DOS PROFISSIONAIS DO SNS JÁ TRABALHAM 40 OU MAIS HORAS: Por que razão não se pratica a exclusividade associada a uma carreira e a uma remuneração digna? Será para ajudar os privados?

Contrariamente ao que se pensa, muitos profissionais de saúde já trabalham no SNS 40 ou mais horas como revela o quadro 2 do Relatório do Ministério da Saúde (2017)

Quadro 3 – Repartição dos trabalhadores do SNS por grupos profissionais e horários de trabalho-2017

Período Normal de Trabalho	Médicos		Enfermeiros	TSS	TSDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total geral
	S/Internos	Internos									
35 Horas	5.047		25.298	1.225	5.173	12.004	13.877	2.690	403	1.793	67.510
40 Horas	7.866	8.886	13.885	292	2.255	3.434	10.038	1.361	189	308	48.514
42 Horas	3.620		195	13	27					2	3.857
Tempo Parcial	1.261	7	1.056	45	134	41	51	69	5	34	2.703
Outros	453		1.023	37	203	277	687	58	10	32	2.780
Total geral	18.247	8.893	41.457	1.612	7.792	15.756	24.653	4.178	607	2.169	125.364

Legenda: TSS – Técnico Superior de Saúde; TSDT – Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica; AT – Assistente Técnico; AO – Assistente Operacional; TS – Técnico Superior; Inf. – Pessoal de Informática
Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

De 125.364 profissionais de saúde que existiam no SNS em 2017, 52.371, ou seja, 41,8% já trabalhavam 40 ou mais horas no SNS. Entre os médicos, essa percentagem atingia 75%, pois dos 27.140 médicos que trabalham no SNS, 20.372, já trabalham 40 horas ou mais. Não seria altura de “oferecer” a estes médicos uma remuneração e uma carreira digna em troca da exclusividade como aos outros profissionais? Uma questão para reflexão das organizações dos profissionais de saúde se se quiser salvar o SNS. Não há mais tempo para hesitações: ou se está com o SNS ou não se está. As boas intenções e as grandes declarações já não bastam. Eugénio Rosa – edr2@netcabo.pt – 8-6-2019

Eugénio Rosa – economista mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com